

EDUCAÇÃO INFANTIL INDÍGENA: O DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE, COMPLEXIDADE E SIMPLICIDADE

Carlos Alberto Machado Gouvêa³⁷

Eujácio Batista Lopes Filho³⁸

Nádia Leite Medeiros³⁹

INTRODUÇÃO

Ao chegar a terras sul-americanas, os portugueses encontraram centenas de povos nativos, que viviam em consonância com o seu espaço, com o seu meio. Não precisavam da cultura europeia, visto que viviam o pertencimento de culturas próprias. Não precisavam da religião do europeu, pois acreditavam em seus próprios mitos e credos. Não precisavam da tecnologia dos brancos, viviam em auto suficiência empírica, onde todos os seus problemas tinham resolução dentro do conhecimento já aprendido e reinventado. Não precisavam da língua do europeu, usavam suas próprias formas de comunicação oral, representadas por mais de mil idiomas divididos por mais de 10 milhões de índios.

Toda a experiência cognitiva que as sociedades humanas desenvolvem explorando o meio ambiente é elaborada linguisticamente e se expressa, sobretudo pela língua, que funciona como veículo que codifica todo esse conhecimento. Assim sendo, considera que a extinção da língua representa a perda de todo um sistema de conhecimentos acumulados durante milhares de anos. (Rodrigues apud TOMMASINO, 1993, p. 22)

Não precisavam aprender a ler e escrever, pois viviam em uma sociedade que prosperou por milhares de anos, utilizando o sistema oral, sem

³⁷ Mestrando em Ciências da Educação (Columbia-PY). Vínculo: SEMED e SEDUC (Tucuruí-PA). CV: <http://lattes.cnpq.br/8671154111711220>

³⁸ Graduado em Licenciatura Intercultural (UFMG). Compõe o grupo de líderes Pataxó desde 1999. Membro da Coordenação de Pesquisa da História, Cultura e Língua Pataxó. CV: <http://lattes.cnpq.br/8071159553748175>

³⁹ Especialização em Direção, Coordenação e Orientação Escolar (UFPA). Vínculo: Centro Educacional Crescer (Castanhal-PA). CV: <http://lattes.cnpq.br/3558711884909084>

a comunicação alfa numérica. Segundo (Laraia, 2001, p. 45): “O Homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam.”

A invasão europeia mudou toda uma realidade de centenas de povos que viviam em equilíbrio sociocultural dentro de suas próprias realidades, dentro de uma visão de mundo que os fez prosperar.

Ao chegar no novo mundo, os portugueses não respeitaram o modo de vida dos povos nativos e, a força, coagiram os nativos a aprender uma nova cultura. Daquele momento em diante a forma de ensinar e aprender teria que mudar. Nesse momento começa a primeira fase da educação escolar indígena no Brasil.

A primeira fase situa-se à época do Brasil Colônia, quando a escolarização dos índios esteve a cargo exclusivo de missionários católicos, notadamente os jesuítas. O segundo momento é marcado pela criação do SPI, em 1910, e se estende à política de ensino da Funai e a articulação com o Summer Institute of Linguistics (SIL) e outras missões religiosas. O surgimento de organizações indigenistas não governamentais e a formação do movimento indígena em fins da década de 60 e nos anos 70, período da ditadura militar, marcaram o início da terceira fase. A quarta fase vem da iniciativa dos próprios povos indígenas, a partir da década de 80, que decidem definir e auto gerir os processos de educação formal. (FERREIRA, 2001, p. 72)

O intuito desse trabalho é provocar uma reflexão a cerca do ensino das crianças indígenas nos dias atuais, através de pesquisa bibliográfica e da experiência dos autores que além de trabalharem em terra indígena, também buscaram especializar-se na cultura dos povos indígenas, além de ter um dos seus integrantes, um índio do povo Pataxó, professor e sabedor da cultura de seu povo.

A pesquisa levou em conta a educação ancestral, sua importância para o processo de pertencimento do povo ao qual está inserido. Além das experiências vividas por esses autores. Levou em conta também o momento vivido pela escola indígena e a situação das crianças indígenas que estu-

dam em escolas não indígenas; as dificuldades que as escolas têm para a educação de alunos com necessidades educacionais, culturais, especiais.

Este estudo apoia-se no Paradigma sistêmico como base de pensamento, visto que entendemos que o ser humano faz parte de um todo interligado, uma teia de significados onde cada um tem sua importância em relação ao todo.

[...] a necessidade de pensar era conjunto na sua complementaridade, na sua coerência e no seu antagonismo as noções de ordem, de desordem e de organização obriga-nos a respeitar a complexidade física, biológica, humana. Pensar não é servir às ideias de ordem ou de desordem, é servir-se delas de forma organizadora, e por vezes desorganizadora, para conceber nossa realidade (...). A palavra complexidade é palavra que nos empurra para que exploremos tudo e, o pensamento complexo é o pensamento que, armado dos princípios de ordem, leis, algoritmos, certezas, ideias claras, patrulha no nevoeiro o incerto, o confuso, o indizível. (MORIN, 2000, p. 180-181)

O fato de firmarmos nossa pesquisa em um paradigma sistêmico vem da necessidade de darmos outros sentidos as nossas ideias, marcando nosso espaço no inserto, porém atrelado a ciência com todas as suas possibilidades, de se refazer, reinventar, partindo da teoria do todo, entrelaçado em suas partes.

EDUCACAO INFANTIL INDIGENA TRADICIONAL

Segundo os relatos e pesquisa relacionada ao tema, os pequenos indígenas, tem sua educação de forma integral a medida da convivência com seus pares e com o meio ambiente onde a ludicidade é o instrumento mais importante. À medida que vão se desenvolvendo, são incentivados a aprender através dos jogos, próprios da cultura, e de imitação, ancorando seus novos conhecimentos em elementos de sua vivencia, proporcionando um aprendizado bem mais significativo e humanizado.

(...) as ideias ancoradas na estrutura cognitiva, não só manifestam, inicialmente, pouca força de dissociabilidade, como também a perdem muito rapidamente, pois estas novas ideias podem representar-se, de forma adequada, pelas que estão mais estabelecidas, para fins de memória. Por outras palavras, pressupõe-se que

apenas as variantes categóricas discrimináveis de ideias anteriormente apreendidas possuem potencialidades de retenção a longo prazo. (AUSUBEL, 2003, p. 170).

A liberdade é a característica mais marcante da educação das crianças indígenas, pois não há limites para as suas incursões e curiosidades. Uma característica observada na maioria dos povos indígenas é a obrigação e participação de todos na educação e proteção de um pequeno. Algo que não poderia deixar de ser, visto que a educação é baseada na oralidade e na imitação através dos jogos pedagógicos empíricos, que fazem parte do dia a dia do povo.

Segundo Huizinga (1999, p. 3), “O jogo é fato mais antigo que a cultura, pois esta, mesmo em suas definições mais rigorosas, pressupõe sempre a sociedade humana; mas, os animais não esperaram que os homens os iniciassem na atividade lúdica”.

Esses jogos lúdicos são também percebidos entre animais irracionais, porém como elemento do instinto de sobrevivência. No entanto, no caso do ser humano, há a consciência da incompletude. O ser humano se percebe no tempo e no espaço, é consciente de que precisa evoluir. Percebe-se como ser inacabado, inconcluso.

Aqui chegamos ao ponto de que devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou a sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente. (FREIRE, 1996, p. 50).

Quanto ao processo educacional tradicional indígena, podemos notar que o mesmo molda o indivíduo ao nível de pertencimento do seu povo. A educação imprimida deixa suas marcas nos costumes na língua na religião e até mesmo no corpo, através dos ritos de passagens, onde o mesmo assume as características físicas, aparência que denota o seu povo.

EDUCACAO INFANTIL INDIGENA CONTEMPORANEA

As lutas dos povos indígenas, travadas por 500 anos, tiveram algumas vitórias na luta pela terra e pela manutenção da cultura. Embora tenham algum êxito nas suas reivindicações, foi só no final dos anos noventa,

através da constituição 1988 que os povos indígenas conseguiram de forma mais abrangente o direito a manter sua própria cultura sem deixar de ser índio, sem abdicar de ser Brasileiro.

Um dos direitos mais importantes foi a obrigatoriedade da adequação dos currículos escolares, aplicados nas escolas indígenas, a realidade cultural de cada povo, preservando suas especificidades culturais.

Essa nova realidade educacional deveria refletir seus efeitos em toda a vida escolar do aluno índio, inclusive na educação infantil. A educação infantil é ministrada em instituições educativas divididas nas modalidades creches e pré-escolas. A educação infantil é prevista na LDB e é obrigatória a partir dos quatro anos. É uma política pública garantida, também pelo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LDB, Lei 9394/96)

Os indígenas são cidadãos brasileiros, portanto estão amparados também pela legislação geral como o Estatuto da criança e do adolescente, lei federal nº 8.069 de 1990, que garante em seu artigo 3º: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (ECA, 1990. p. 08)

Como a educação indígena, de modo geral é teoricamente determinada principalmente através das características culturais, muitas dessas comunidades

optam por inserir os seus pequenos, somente a partir dos seis anos, no primeiro ano das séries iniciais. Essa atitude que alguns povos promovem, muitas das vezes é para que nos primeiros anos de vida a criança tenha um convívio mais próximo da cultura e da língua ancestral. Por outro lado, há comunidades que não abrem mão da educação infantil de alunos de 4 a 6 anos, embora busquem uma forma para manter a cultura, visto que a política pública educacional da educação infantil insere recursos e empregos na comunidade indígena.

Essa discursão toma mais corpo pelo fato que a educação indígena tenha sido municipalizada nos últimos tempos, trazendo a máquina pública mais próximo das reivindicações das comunidades indígenas.

Art. 78 - O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: 6 I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. (BRASIL Nº 9.394/96)

Um fenômeno cada vez mais recorrente na educação infantil é a presença de crianças indígenas na escola do não índio. Devido à expulsão de suas terras, como vemos com algumas famílias de indígenas Guarani mbya, que vivem nas margens das estradas. Outros saem das aldeias em busca de melhores condições de trabalho e educação, como exemplo de várias famílias de índios Tembé e Assurini no estado do Pará.

Essa realidade possibilita o fenômeno da inserção de crianças indígenas nas escolas rurais não indígenas e até mesmo na cidade. A reflexão que devemos fazer é como trabalhar com esses alunos que embora estejam vivendo a fase lúdica de aprendizado, tem especificidades importantes que devem ser levadas em conta.

Uma das hipóteses que elencamos seria o acompanhamento do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Isso poderia trazer outra discursão

são de como trabalhar com um aluno que não tem nenhuma deficiência, mas traz uma condição cultural diferente.

Devemos lembrar que a lei assegura uma educação diferenciada ao cidadão índio. De outra forma, a situação nos traz uma posição de acolhimento a diversidade que também é garantido por lei. Dessa forma, temos uma problemática de difícil solução que, na maioria das vezes, é remediado no dia a dia da escola.

A SIMPLICIDADE DA EDUCACAO INFANTIL INDIGENA

Como já citado em outro ponto desse trabalho de pesquisa, a educação dos pequenos indígenas é feita ao natural, acontece na apreensão de conceitos relacionados a vivencia do dia a dia. Como essa trajetória é marcada principalmente pela liberdade do que fazer, muitas das vezes, pode ser visto como lazer excessivo.

Esse conceito está posto de forma errônea, visto que é provado cientificamente que os jogos lúdicos são uma ferramenta imprescindível na formação sócio cultural e cognitiva do individuo, possibilitando um aprendizado significativo e a inserção em uma epistemologia empírica própria, promove a reflexão geral em torno da natureza, interações que se põem entre o sujeito e o objeto de estudo.

A fase correspondente à infância é marcada pelo que consideramos ser uma enorme liberdade na vivência do tempo e do espaço, e das relações 97 97 societárias que por meio destes se estabelecem, antecedendo ao período de transição para a idade adulta que, então, inaugura limites e constrangimentos muito precisos (NUNES, 2002. p. 65).

[...] como o grande veículo para o desenvolvimento, e o lazer, um excelente e suave instrumento para impulsionar o indivíduo a desenvolver-se, a aperfeiçoar-se, a ampliar os seus interesses e a sua esfera de responsabilidades|| (REQUIXA, 1970, p. 21).

[...] a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; e a segunda, que para a prática positiva das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis

menos elaborados, simples, para níveis, mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. (MARCELLINO, 1990, p. 58-59). [...] não consideramos que a expressão —educação não formal— seja um termo totalmente apropriado para a discussão que gostaríamos de desenvolver, pois parece uma negação ou antítese da educação formal. Contudo, como é a expressão que mais se aproxima de nossos olhares sobre o tema lazer e educação e implica um corpo de conhecimentos específicos, optamos por utilizá-la, ressaltando apenas as limitações de seu significado (ALVES, GOMES e REZENDE, 2005, p. 63).

Embora seja um conceito não muito aceito pelos educadores, o lazer, o jogo, estão mais ligados a educação não formal, embora a apreensão cognitiva não precise de formalização de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, assim como no pensamento sistêmico, está envolvida e entrelaçada em um todo. Educar é um ato apenas humano, pois só os humanos têm ciência de sua incompletude. Nosso caminho no processo educacional deve levar em conta as culturas dos nossos ancestrais, não como elemento histórico, mas como ato contemporâneo.

A educação infantil indígena tem sua plenitude no lúdico tradicional, entretanto está ligado a uma cultura dinâmica. O cotidiano da criança indígena revela um conjunto amplo de aprendizados compartilhados que envolvem aptidões das quais as crianças índias vão paulatinamente adicionando à medida que interagem e se engajam nas mesmas, em uma atmosfera socialmente estruturada. Ou seja, o cotidiano é a sala de aula do índio, onde se forjam suas capacidades sócio/afetivas e cognitivo/culturais.

Quanto à educação infantil contemporânea, há de se negociar com as comunidades indígenas a adequação dos conteúdos às aspirações das etnias, como assegura a Lei nº 9.394/86, para que as crianças tenham pleno conhecimento de sua cultura, através de seus jogos lúdicos próprios, possibilitando assim, à criança indígena, o sentimento de pertencimento a um povo.

Sobre a situação de a criança indígena estar frequentando uma escola de não índios. Podemos supor que não haveria condições do exercício de uma educação diferenciada, visto que os departamentos de apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais, não estão preparados para atender as necessidades multiculturais abarcadas nesse caso. O que acontece nesses casos são adaptações aleatórias e outras vezes, nada é feito.

O dialogo entre tradição e modernidade na educação infantil é um desafio que superaremos a medida que compreendamos o valor da cultura do outro, buscando em nós mesmos, de forma sistêmica, a complexidade na simplicidade.

REFERENCIAS

ALVES, Vânia de Fátima Noronha; GOMES, Christianne Luce; REZENDE, Ronaldo de. **Lazer, lúdico e educação**. Brasília: SESI/DN. v.3, 2005.

Ausubel, D. (1965) **A cognitive structure view of word and concept meaning**. In R.C. Anderson e D. Ausubel. Readings in the Psychology of Cognition. New York: Holt, Rinehart and Winston.

Estatuto da criança e do adolescente/ organizado por Claudius Ceccon. – Porto Alegre: Artes Médicas SUL, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERREIRA, Mariana Kawal. **A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil**. In SILVA, Aracy Lopes da Silva e Ferreira, Mariana Kawall (orgs) Antropologia, História e Educação: A questão indígena e a escola. São Paulo: FAPESP/GLOBAL/MARI, 2001.

HUINZINGA, Joran. **Homo Ludens**. Editora Perspectiva S/A, São Paulo, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARCELINO, Nelson. **Lazer e Educacao**. São Paulo: Papyrus. 2ª Edição, 1990.

MILEÁ, **Educação Indígena e Alfabetização**. Centro de Estudos Paraguaiois. Asunción: 2008.

REQUIXA, Renato. **Conceito de lazer**. Revista Brasileira de Educação Física e Desporto, n. 42, p. 11-21, 1979.

TOMMASINO, Kimiye. **A Educação Indígena no Paraná**. 22 a REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Brasília, 15 a 19 de julho de 2000.